

## **Aderência dos Institutos Federais de Educação à Agenda Ambiental na Administração Pública**

---

### **Marcio Aparecido Lucio**

Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação  
Universidade Regional de Blumenau - FURB  
Administrador no Instituto Federal Catarinense - IFC  
Rua Joaquim Garcia s/n. Centro. Camboriú/SC. CEP: 88.340-055  
*E-mail:* malucio@uol.com.br

### **Mario Cesar de Ramos**

Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação  
Universidade Regional de Blumenau - FURB  
Professor da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE  
Campus Universitário s/n. Bom Retiro. Joinville/SC. CEP: 89.201-000  
*E-mail:* mcramos@furb.br

### **Gerson Tontini**

Doutorado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa  
Catarina - UFSC  
Professor da Universidade Regional de Blumenau - FURB  
Rua Antônio da Veiga 140. Centro. Blumenau/SC. CEP: 89.010-971  
*E-mail:* gersontontini@gmail.com

### **Iara Regina Parisotto**

Doutorado em Administração pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE  
Professora da Universidade Regional de Blumenau - FURB  
Rua Antônio da Veiga 140. Centro. Blumenau/SC. CEP: 89.010-971  
*E-mail:* iaraparisotto@furb.br

## **RESUMO**

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é uma ação voluntária das instituições públicas para reduzir seus impactos socioambientais negativos, no contexto da gestão ambiental e sustentabilidade e atendendo ao princípio da eficiência. Nesse sentido as Instituições de Ensino Públicas (IEP) têm um papel de destaque, pois além de formar profissionais e cidadãos conscientes, deve ter em seus campi as mesmas as preocupações ambientais de uma pequena cidade. O estudo analisa como instituições de uma mesma região, com estruturas e objetivos semelhantes tratam de forma diferente a questão ambiental. Ao analisar essas instituições com um *checklist* único, torna-se possível externalizar essas diferenças. Tendo como objetivo avaliar o nível de aderência do Institutos Federais de Educação da Região Sul do Brasil aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública. Sendo uma pesquisa qualitativa e descritiva com dados secundários disponíveis nos sítios dos Institutos, com análise por meio de um *checklist* formado pelos itens dos 6 eixos temáticos da A3P. Com a sistematização dos dados, verificou-se os procedimentos de gestão que estão de acordo com as exigências da A3P, sintetizadas

## **Aderência dos Institutos Federais de Educação à Agenda Ambiental na Administração Pública**

Marcio Aparecido Lucio, Mario Cesar de Ramos, Gerson Tontini, Lara Regina Parisotto

na análise qualitativa dos dados. Identificou-se que os Institutos não são parceiros formais da A3P, mas buscam atender aos seus requisitos, com uma alta aderência aos eixos da A3P, outro ponto identificado é que não existe uma padronização nos relatórios de gestão. Este trabalho demonstra a necessidade de avaliações constantes das IEP para verificar sua evolução na gestão ambiental.

**Palavras-Chave:** Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Institutos Federais de Educação. Relatórios de Gestão.

## **Adherence of the Federal Institutes of Education to the Environmental Agenda in the Public Administration**

### **ABSTRACT**

The Environmental Agenda in Public Administration (A3P) is a voluntary action by public institutions in order to reduce their negative socio-environmental impacts in the context of environmental management and sustainability and in compliance with the principle of efficiency. In this sense, Public Teaching Institutions (IEP) have a prominent role, because in addition to training professionals and conscious citizens, their campuses should have the same environmental concerns as a small city. The study analyzes how institutions from the same region, with similar structures and objectives, deal differently with the environmental issue. By analyzing these institutions with a single checklist, it was possible to highlight these differences so Aiming e the level of adherence of Federal Institutes of Education in the Southern Region of Brazil to the axes of the Environmental Agenda in Public Administration could be perceived. The study is a qualitative and descriptive research using secondary data available on the websites of the Institutes. For the analysis it was used a checklist formed by the items of the 6 thematic axes of the A3P. With the systematization of the data, it was verified whether the management procedures that are in accordance with the requirements of the A3P, synthesized in the qualitative analysis of the data. It was identified that the Institutes are not formal partners of A3P, but seek to meet its requirements, with a high adherence to the A3P axes, another point identified is that there is no standardization in management reports. This work demonstrates the need for constant evaluations of the IEP to verify its evolution in environmental management.

**Keywords:** Environmental Agenda in Public Administration (A3P). Federal Institutes of Education. Management Reports.

## **Adherencia de los Institutos Federales de Educación a la Agenda Ambiental en la Administración Pública**

### **RESUMEN**

La Agenda Ambiental en la Administración Pública (A3P) es una acción voluntaria de las instituciones públicas para reducir sus impactos socioambientales negativos, en el marco de la gestión y sostenibilidad ambiental y en cumplimiento del principio de

eficiencia. En este sentido, las Instituciones Públicas de Enseñanza (IEP) tienen un papel destacado, pues además de formar profesionales y ciudadanos conscientes, sus recintos deben tener las mismas preocupaciones ambientales que una pequeña ciudad. El estudio analiza cómo instituciones de una misma región, con estructuras y objetivos similares, abordan de manera diferente el tema ambiental. Al analizar estas instituciones con una sola lista de verificación, es posible externalizar estas diferencias. Con el objetivo de evaluar el nivel de adhesión de los Institutos Federales de Educación de la Región Sur de Brasil a los ejes de la A3P. Siendo una investigación cualitativa y descriptiva con datos secundarios disponibles en los sitios web de los Institutos, con análisis a través de una lista de cotejo formada por los ítems de los 6 ejes temáticos del A3P. Con la sistematización de los datos, se verificó si los procedimientos de gestión están de acuerdo con los requisitos de la A3P, sintetizados en el análisis cualitativo de los datos. Se identificó que los Institutos no son socios formales de A3P, sino que buscan cumplir con sus requerimientos, con un alto apego a los ejes de A3P, otro punto identificado es que no existe una estandarización en los informes de gestión. Este trabajo demuestra la necesidad de evaluaciones constantes del IEP para verificar su evolución en la gestión ambiental.

Palabras clave: Agenda Ambiental en la Administración Pública (A3P). Institutos Federales de Educación. Informes de Gestión.

## **1 INTRODUÇÃO**

A intensidade do consumo dos recursos naturais, superior à capacidade com que o meio ambiente se regenera, tem posto em risco a sobrevivência das gerações futuras. Diante disso, governos, comunidade científica e sociedade em geral buscam soluções relacionadas ao desenvolvimento sustentável do planeta, definido como o “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações” (CMMAD, 1991).

A solidariedade com as gerações futuras é imperativa e fundamenta-se no postulado ético de responsabilidade socioambiental (Sachs, 2009), sendo um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, tal como buscar desenvolvimento pautado em bases sustentáveis, partindo do âmbito global para individual e proporcionando uma maior integração entre os aspectos econômicos, sociais e naturais do processo de desenvolvimento (Veiga, 2005; Almeida, Brandão, & Pedrosa, 2017).

No processo de construção de sociedades sustentáveis, cabe ao Estado assumir a missão de condutor do processo, seja através da elaboração e implantação de legislações, seja pela disponibilização de meios para pesquisa, seja pelo incentivo às organizações (Viegas, Cabral, Gomes, & Carvalho, 2015). Para a A3P (2022) a sustentabilidade, no âmbito governamental, tem sido cada vez mais um diferencial da gestão pública moderna, onde os administradores são considerados os principais agentes de mudança, mesmo em suas pequenas e simples ações realizadas diariamente, como por exemplo, o uso eficiente da água e da energia, a coleta seletiva, o consumo responsável de produtos e serviços, entre outras, as quais contribuem para a eficiência em sustentabilidade. A partir dessa conscientização, o governo brasileiro constituiu em 1999 a A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020).

A A3P é um programa de adesão voluntária para os órgãos públicos, no qual estão enquadradas as Instituições de Ensino Públicas, que devem inserir critérios ambientais em suas atividades, sejam elas de investimento, de compras e ou de contratação de serviços, como na gestão adequada dos resíduos gerados, promovendo a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2020).

Diante da importância que as Instituições Públicas possuem em dar exemplo em relação à redução de impactos socioambientais negativos, a A3P foi estruturada em seis eixos temáticos prioritários: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis (A3P, 2022).

A preocupação das Instituições de Ensino (IEs) com a questão ambiental não é recente. Na Europa remonta ao final da década de 1970, com a criação da Associação Universitária para o Meio Ambiente, na Bélgica. Conferências interacionais deram sequência ao tema, resultando em Declarações - a exemplo da Declaração de Talloires, de 1990, nas quais reitores propõem assumir a promoção da sustentabilidade nas universidades. Na América Latina e Caribe esse movimento ganhou mais força neste século, estando sempre em pauta nos *Encuentros Latinoamericano de Universidades Sustentables* (ELAUS). Desde então, as IEs em todo o mundo têm buscado a integração de teorias, conceitos e práticas

ambientalmente sustentáveis nas suas atividades (Oliveira, Barbosa, Nunes, Correa, & Souza, 2020; Vallaeys, 2017).

No Brasil existe a necessidade da incorporação dos princípios e critérios sustentáveis dentro dos *campi* universitários. Por mais que esse fato já possa ser considerado um senso comum, é notável a dicotomia numa instituição de ensino superior (IES), sendo um dos principais ambientes de pesquisa e formação profissional, ao mesmo tempo em que os seus administradores ainda não se encontram em plena ressonância com a temática da sustentabilidade (Zeitoune, Trigo, Trigo, & Maruyama, 2019). Diante dessas considerações, este trabalho tem como objetivo avaliar a aderência do Institutos Federais de Educação da Região Sul do Brasil aos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

## **2 AGENDA AMBIENTAL**

Depois do final da Segunda Guerra Mundial, as pessoas começaram a pensar sobre a possibilidade de destruição do planeta, dando início, ainda que discretamente, à consciência ambiental, levando o tema natureza a tomar conta da opinião pública, devido às repercussões midiáticas a respeito de desastres ambientais (Gurski, Gonzaga, & Tendolini 2012); (Sornberger, Amaral, Carniatio, Tobaldini, & Nascimento 2014). Na década de 1960, a publicação do livro Primavera Silenciosa e a Conferência sobre a Biosfera enfatizaram a necessidade de reflexão sobre os danos causados ao meio ambiente, com o intuito de ampliar as discussões sobre essa temática para outras áreas, tais como econômica e política (Gurski et al., 2012; Sornberger et al., 2014; Viegas et al., 2015; Oliveira et al., 2020).

Nos anos de 1970 o relatório “Os Limites do Crescimento”, afirmou que o Planeta Terra era incapaz de conservar seu equilíbrio devido às consequências do efeito populacional e da poluição, o que gerou grande repercussão internacional, pois enfatizara o tema de maneira catastrófica. (Gurski et al., 2012; Sornberger et al., 2014; Viegas et al., 2015; Oliveira et al., 2020). Toda essa repercussão leva a Organização das Nações Unidas a realizar a Conferência Estocolmo, primeira reunião de caráter oficial, em que entidades governamentais de todo o mundo se encontraram para pensar no meio-ambiente. Essa reunião tornou o problema de grande relevância

internacional, pois, permitiu a entrada definitiva do tema ambiental na agenda política dos países (Gurski et al., 2012; Luiz, Rau, Freitas, & Pfitscher, 2013; Sornberger et al., 2014).

Segundo Viegas et al. (2015), em 1984 foi criada uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, formada por especialistas da área, que elaborou o relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”. Neste trabalho, foram definidos os compromissos das Nações para a construção de um modelo de desenvolvimento com enfoque em um crescimento econômico vinculado à preocupação com o meio ambiente, com a paz e a segurança. Deste relatório resultou o conceito de desenvolvimento sustentável, que se refere a um modelo de desenvolvimento capaz de harmonizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental e justiça social, numa perspectiva temporal de longo prazo, que alcance as gerações futuras (Viegas et al., 2015). Em continuidade às discussões políticas travadas na década de 1980, foi realizada em 1992, no Rio de Janeiro, a Cúpula da Terra; Conferência que representou um marco na trajetória do desenvolvimento sustentável pela significativa participação de governantes, da qual resultaram inúmeros documentos, entre eles a Agenda 21, onde foram estabelecidas as intenções dos países participantes na adoção de iniciativas sustentáveis (Almeida et al., 2017).

Segundo Sornberger et al. (2014), a Agenda 21 engloba aspectos da Administração Pública, não abordando unicamente a preservação e conservação da natureza, pois considera questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à mitigação das desigualdades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de consumo e produção; à possibilidade de construção sustentável de cidades; e ainda a incorporação de novos instrumentos e modelos de gestão. Já em 2012, no Rio de Janeiro, deu-se a realização de mais uma Conferência mundial sobre o meio ambiente: a Rio+20.

O objetivo dessa Conferência foi promover uma avaliação do progresso e das lacunas observadas nos processos de implementação das decisões tomadas no âmbito das cúpulas sobre o meio ambiente, bem como discutir as formas de operacionalização dos conceitos “desenvolvimento e sustentabilidade”, o que e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, com a concordância de todos os governos ali representados quanto ao

estabelecimento de metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável (Sornberger et al., 2014; Viegas et al., 2015).

Em 2015 foi criada a Agenda 2030, um plano com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Esses objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (Agenda 2030, 2015). Segundo a Agenda 2030 (2015), para que ocorra um desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões (social, econômica e ambiental) é necessário que além da conscientização, também sejam oferecidas ferramentas para este desenvolvimento que possuam uma relação direta ou indireta com as inovações tecnológicas, indo além de meras atividades burocráticas, com ações que contribuam para a melhora da qualidade de vida das pessoas.

## **2.1 Agenda Ambiental na Administração Pública Brasileira**

Segundo Batista, Moraes, Albuquerque e Correia Neto (2019), as atividades da administração pública são encaradas como potencialmente poluidoras, dessa forma a fiscalização junto às empresas privadas são as mesmas que devem ser aplicáveis ao serviço público, devendo este adequar-se as demandas. Ou seja, é o papel do Estado como gestor do meio ambiente e em igualdade de condições nas responsabilidades éticas da sustentabilidade. Assim, deve-se adicionar os aspectos atitudinais na busca da qualidade e da boa imagem política e ecologicamente correta que compõem as novas formas de gerir o serviço público (Sornberger et al., 2014).

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu com o objetivo de inserir os entes públicos no contexto da gestão ambiental e sustentabilidade, para assim dar mais um passo ao atendimento do princípio da eficiência. A A3P é um programa do Governo Federal brasileiro, criado com base no princípio 8 da Agenda 21, da Declaração da Rio 92 e na Declaração de Johannesburgo, que convocavam os países participantes a estabelecer, fixar e monitorar novos padrões de sustentabilidade.

O Programa é desenvolvido por intermédio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para o Governo Federal (Viegas et al., 2015). Segundo informações disponíveis (MMA,

2020), a A3P é uma maneira de incluir as organizações públicas nas discussões da sustentabilidade, atendendo ao princípio da eficiência, estabelecido pela Carta Magna de 1988 e com reconhecimento da UNESCO, tendo também relação direta com os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que ocorreu em setembro de 2015.

Segundo a A3P (2022),

o programa A3P se destina aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. É uma agenda voluntária – não existe norma impondo e tampouco sanção para quem não segue as suas diretrizes, mas a adesão ao Programa é cada vez maior por dois motivos: 1. Adotar uma agenda ambiental no órgão para usar de forma racional os recursos naturais e 2. A sociedade exige da administração pública a implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta, que são as diretrizes da A3P.

Segundo Barbosa (2018), a maior parte dos órgãos públicos já adota procedimentos considerados sustentáveis. Em diversas instituições, a coleta seletiva, por exemplo, é uma prática comum; em algumas foi adotado sistema para evitar o desperdício de água; outras estabeleceram que toda licitação será dentro de critérios de sustentabilidade. Desempenhando papel estratégico e fundamental na promoção e indicação de novos padrões de produção e de consumo, deve ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados pela sua atividade (A3P). Esse modelo de gestão visa ainda estabelecer novas formas de educação ambiental através de sensibilização e motivação dos servidores, elaboração de materiais didático-pedagógicos, informativos, e a promoção de eventos para uma troca descontraída de informações.

Um processo de planejamento consolidado em bases participativas seja o direcionador das estratégias, que todo o sistema seja uma conquista coletiva e que seja utilizado para aumentar a transparência das ações públicas (Kruger, Freitas, Pfitscher, & Petri, 2011).



**Aderência dos Institutos Federais de Educação à Agenda Ambiental na Administração Pública**

Marcio Aparecido Lucio, Mario Cesar de Ramos, Gerson Tontini, Lara Regina Parisotto

O que o Programa A3P fez foi sistematizar em seis eixos temáticos aquilo que é fundamental para um projeto de sustentabilidade, hoje disperso em diversos órgãos: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos (A3P, 2020). Possuindo semelhança em alguns pontos com a NBR ISO 14001 (Oliveira et al., 2020), prioriza como um de seus princípios a política dos 5 R's: Repensar a necessidade do consumo; Reduzir a quantidade consumida; Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos; Reaproveitar e Reciclar todos os resíduos possíveis (Kruger et al., 2011). Tal princípio orienta os seis eixos temáticos da A3P (Quadro 1).

<b>Eixos Temáticos da A3P</b>	<b>Direcionamento das ações</b>
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Visa uso racional dos recursos naturais e bens públicos. O foco é evitar todas as formas de desperdício, utilizando água, energia, madeira com economia, além de reduzir o consumo de papel, copos plásticos, reciclar lâmpadas fluorescentes.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Visa promover a gestão ambiental dos resíduos, incluindo a parceria com cooperativas de catadores de lixo para geração de trabalho e renda. O objetivo é motivar a diminuição do desperdício, através dos 5R's: repensar; recusar; reduzir; reutilizar e reciclar
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades, por meio de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional que visem o aproveitamento das habilidades; a autonomia na atividade desenvolvida; a integração social e interna; condições de segurança e saúde no trabalho e outros.
Sensibilização e capacitação dos servidores	Criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores, com realização de campanhas voltadas para temas socioambientais. Processo de capacitação para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, fortalecendo atitudes para um melhor desempenho das atividades.
Licitações Sustentáveis (Compras, Contratação de Serviços)	Garantir aquisição de bens materiais e contratação de serviços com eficiência, por meio da exigência de critérios de sustentabilidade, estimular a competição entre as indústrias pelo desempenho ambiental de seus produtos, auferindo preços mais baixos e maior oferta.
Construções Sustentáveis	Foi incluso no Programa no ano de 2014, sendo que antes fazia parte do eixo anterior. As construções sustentáveis são edificações e ambientes que considerem, desde a sua concepção, construção, operação e renovação, o uso de conceitos e procedimentos reconhecidos de sustentabilidade.

**Quadro 1. Direcionamentos dos Eixos Temáticos da A3P**

Fonte: Adaptado de MMA (2020) e Barbosa (2018).

A A3P é um convite ao comprometimento individual e coletivo à adoção de um modelo de gestão pública que corrija e diminua impactos negativos gerados durante

a jornada de trabalho (MMA, 2020). Para se atingir esse objetivo é necessário o uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos. Esse modelo visa colocar os órgãos públicos em consonância com a concepção de produzir mais e melhor, incluindo critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços dos órgãos governamentais (Almeida, Brandão, & Pedrosa, 2017). Mesmo sendo de natureza voluntária, a adesão à A3P é incentivada para todas as instâncias da administração pública brasileira, incluindo instituições de ensino, que devem se converter em instituições de ensino sustentáveis.

## **2.2 Agenda Ambiental nas Instituições de Ensino Públicas**

As Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil e no mundo, servem de modelo às demais organizações, e são convocadas a fazer parte da construção de um novo conceito de gestão, pautado na sustentabilidade (Lanzarin, Camargo, Mazioni, & Zanin, 2018). A expectativa dos grupos sociais, usuários dos serviços oferecidos pelas IES, é que tais organizações, por possuírem um capital intelectual diferenciado e serem centros promotores de ensino, pesquisa e extensão, possam posicionar-se à frente dos processos de aquisição de novos valores, princípios e formas de funcionamento (Viegas et al., 2015).

De acordo com MMA (2017), é necessário que a universidade tenha em todos os cursos de graduação das áreas de ciências da saúde, ciências exatas, ciências agrárias, ciências humanas, ciências sociais, ciências biológicas e ciências tecnológicas, disciplinas que tratem da temática ambiental e sustentabilidade, pois a A3P entende que a sociedade necessita de profissionais e gestores de diferentes áreas com formação acadêmica e conhecimento em meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. O compromisso do profissional com esses temas é que fará a diferença no mercado de trabalho e, mais importante, nos cuidados que ele terá diante dos dilemas e desafios para preservação do planeta (A3P, 2022).

O que se fizer na universidade, pelo simbolismo que ela representa, provoca efeitos que transcendem os aspectos econômicos e ambientais (MMA, 2017). O olhar da comunidade será outro quando perceber que a universidade está implementando medidas socioambientais com a A3P. Será, principalmente, um olhar de reconhecimento de que a gestão universitária está preocupada com a formação dos

alunos e com a vida na comunidade e no planeta (A3P, 2022). Normalmente, segundo Viegas et al. (2015), Sornberger et al. (2014) e Zeitoune et al. (2019), a gestão administrativa da universidade pública já lida com um conjunto de fatores que dizem respeito ao Programa A3P. Por exemplo: gestão de pessoas; licitação e compras de bens duráveis e materiais de consumo; manutenção das edificações e dos espaços físicos; gestão de resíduos e efluentes (MMA,2017).

Incentivadas pelas agendas nacionais e internacionais a assumir compromissos sustentáveis, as IES vão conquistando seu lugar de destaque, posicionando-se mais estrategicamente, desenvolvendo mais ações proativas de vanguarda em favor da sustentabilidade socioambiental (Lozano, Luckman, Lozano, Huisinigh, & Lambrechts, 2013). Existem também barreiras para desenvolver um trabalho sustentável nas instituições, que precisam ser conhecidas, entendidas e contornadas. É importante ressaltar que os *stakeholders*, principalmente os internos, vão ser os grandes disseminadores no processo, portanto, precisam estar alinhados com o contexto estratégico de mudanças (Barbieri & Silva, 2011; Leal Filho, Manolas, & Pace, 2015; Vallaeys, 2017).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este artigo é resultado de uma pesquisa descritiva documental, realizada a partir de dados secundários públicos. Trata-se de um estudo casos múltiplos com amostra constituída pelos 5 Institutos Federais da Região Sul do Brasil. Os dados foram selecionados com base no último Relatório de Gestão, além do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PLS (Plano de Logística Sustentável) e demais informações ambientais estavam consolidadas e disponibilizadas no sítio de cada instituição.

A pesquisa assume caráter descritivo, visto que se observa e analisa a aderência dos Institutos Federais à agenda A3P, a fim de que se possa avaliar sua efetividade e seu *status quo* enquanto ferramenta de apoio à gestão estratégica. Assim, a pesquisa descritiva tem como propósito fazer afirmações que descrevam aspectos de uma população ou analisar características e atributos específicos. Na

pesquisa descritiva “o pesquisador não concentra sua atenção no porque se observa certa distribuição, mas no que é tal distribuição” (Richardson, 2017).

Como ferramenta de análise e comparação foi utilizado um *checklist* adaptado de Kruger et al. (2011), Luiz et al. (2013) e Almeida et al. (2017). Sendo formado pelos 52 itens dos 6 eixos temáticos da A3P: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos. Além das informações sobre visão, missão e valores. Na análise dos dados, procura-se identificar possíveis congruências entre as ações dessa IES com os princípios definidos na A3P. A partir das respostas sistematizadas de acordo com o *checklist* adotado procurou-se identificar os procedimentos de gestão que estão de acordo com as exigências da A3P, sintetizadas na análise qualitativa dos dados.

Todos os indicadores extraídos foram então compilados, resultando em uma lista abrangente de indicadores. Essa lista foi transformada em quadros, divididos por eixos, permitindo identificar o nível de indicadores encontrados em relação ao total dos procedimentos especificados na A3P, evidenciando aqueles indicadores que mais e menos frequentes. Resultado no nível de aderência aos Eixos da A3P: NÃO: 0%; BAIXA:  $\leq 30\%$ ; MÉDIA:  $> 30\%$  e  $\leq 70\%$ ; ALTA  $> 70\%$ ; TOTAL: 100%.

Os Institutos Federais estão presentes em todos os Estados Brasileiros, e têm como finalidades e características: ofertar educação profissional e tecnológica com ênfase no desenvolvimento regional; promover a integração e verticalização da educação básica em conformidade com a educação profissional e superior; formar profissionais com vista ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; qualificar os docentes para ofertar ensino de qualidade; desenvolver programas de extensão e divulgação científica e tecnológica; realizar pesquisa aplicada; e promover o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à preservação do meio ambiente (Lei 11.892, 2008, art. 6º).

Os 6 institutos da região sul foram escolhidos devido à similaridade de estrutura, facilitando a comparação de dados. No total, eles apresentam 104 campi, com 1724 cursos, 11.978 servidores (professores e técnicos) e 141.032 estudantes (PNP, 2020). Os 104 campi desses Institutos Federais possuem uma estrutura de uma

pequena cidade como a grande circulação de pessoas, obras, utilização de água e energia elétrica.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Após a análise dos documentos foi possível gerar o Quadro 2, referente ao *checklist* do A3P.

<b>INDICADOR</b>	<b>IF1</b>	<b>IF2</b>	<b>IF3</b>	<b>IF4</b>	<b>IF5</b>	<b>IF6</b>
Possui o cuidado ambiental missão/visão/valores?	NÃO	M/VL**	M/VL**	M/VL**	VL*	VL*
O Instituto é parceiro formal Rede A3P?	NÃO	PARCIAL	PARCIAL	PARCIAL	NÃO	NÃO
EIXO 1 – Uso Racional Dos Recursos Naturais E Bens Públicos	ALTA	TOTAL	TOTAL	TOTAL	ALTA	TOTAL
EIXO 2 – Gestão Adequada Dos Resíduos Gerados	MÉDIA	ALTA	ALTA	ALTA	MÉDIA	ALTA
EIXO 3 – Qualidade De Vida No Ambiente De Trabalho	BAIXA	MÉDIA	BAIXA	MÉDIA	BAIXA	BAIXA
EIXO 4 – Sensibilização E Capacitação Dos Servidores	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA	MÉDIA	MÉDIA
EIXO 5 – Aquisição de Bens	BAIXA	MÉDIA	ALTA	BAIXA	BAIXA	BAIXA
EIXO 5 – Contratação de Serviços	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA	MÉDIA	ALTA
EIXO 6 – Construções Sustentáveis	ALTA	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL

#### **Quadro 2. Resultados da Análise da Aderência dos IFs aos Eixos da A3P**

\* Evidenciação de sustentabilidade ou responsabilidade ambiental: N – Não menciona; M – Na Missão; VS – Na Visão e Nos VL – Nos valores

Aderência aos Eixos da A3P: NÃO: 0%; BAIXA: <=30%; MÉDIA; >30% e <=70; ALTA > 70%; TOTAL: 100%.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como apresentado no Quadro 2, identificou-se que apenas 1 instituição não tem nenhuma menção a preocupação ambiental ou sustentabilidade em suas declarações de Missão, Visão e Valores, já 3 IFs apresentam tanto na missão como nos valores. Essa análise é importante, pois essas declarações são fundamentais para a elaboração de um Planejamento Estratégico e, mais do que isso, essas definições são importantes já que servem como direcionadores para todas as decisões a serem tomadas pelos gestores no dia a dia e servirão como base para definição de comportamentos, deixando muito claro qual o caminho a ser seguido e onde a empresa pretende chegar (Bianchi, Domingues Faé, Gelatti, & Leão da Rocha, 2013; Jacomossi & Demajorovic, 2017).

Esse resultado demonstra um maior empenho dos Institutos Federais em seus objetivos organizacionais, quando comparado com as Universidades Federais que, de acordo com o estudo de (Freitas, Espindola, Lunkes, & Pfitscher, 2019) que pesquisou 41 Universidades Federais e somente 25 tinham a questão de sustentabilidade ou ambiental em suas declarações. Essa vocação ambiental dos institutos vem desde sua criação em 2008, pois já na lei de criação eles já tinham como uma de suas finalidades “promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2008).

A incorporação da preocupação ambiental nas intenções e políticas gerenciais das IEs nem sempre se traduzem em práticas efetivas de sustentabilidade no cotidiano organizacional, demonstrando uma ruptura entre discurso e prática organizacionais. Situação comum em organizações brasileiras, o desafio das organizações, especialmente as organizações públicas, é transpor o discurso meramente teórico de responsabilidade socioambiental e concretizar compromissos sólidos de longo prazo com a gestão ambientalmente responsável (Ribeiro, Puente-Palacios, & Ferreira, 2015; Prado, da Silva, & Maselli, 2019). Araujo, Ludewigs e Carmo (2015) corroboram a ideia de ser necessária uma revisão de paradigmas para que a gestão ambiental seja realmente inserida na prática cotidiana dos órgãos públicos.

Verificou-se no segundo item que os Institutos não são parceiros formais da rede A3P em sua totalidade, apenas alguns campi isolados tomaram essa iniciativa. Nos relatórios de gestão e PDI os Institutos têm esse objetivo de seguir formalmente essa agenda, mas ainda não colocaram esta ação em prática. Isso, segundo Wals e Jickling (2002) e Araujo et al. (2015), justifica-se porque a preocupação ambiental está incorporada nas intenções e políticas gerenciais, mas que nem sempre se traduzem em práticas efetivas de sustentabilidade no cotidiano organizacional, demonstrando uma ruptura entre discurso e prática organizacionais, situação comum em organizações brasileiras, porque as Instituições sentem muitas dificuldades para transpor barreiras, pois não há uma priorização ao alocar recursos a fim de transpô-las, então, os esforços se dispersam e perdem as forças, dificultando ainda mais o processo de uma adesão formal.

O consumo sustentável envolve desde a opção por produtos que visam utilizar menos recursos naturais em sua produção, e que possam ser reaproveitados ou reciclados, até mesmo a questão da garantia do emprego decente aos que os produziram (Souto-Maior & Bocasanta, 2019). Ter a consciência de comprar aquilo que realmente é necessário e consumir de maneira sustentável, consciente e responsável.

É importante ter a compreensão de que determinado consumo terá consequências ambientais e sociais, sejam positivas ou negativas (A3P, 2022). Nesse sentido, todos os institutos, mesmo não sendo parceiros formais da rede A3P, apresentaram aderência total/alta ao primeiro eixo do Uso Racional Dos Recursos Naturais e Bens Públicos, isso porque utilizam de uma grande quantidade dos recursos disponíveis. Isso se deve, principalmente, ao grande fluxo de pessoas, informações e atividades desenvolvidas.

Assim elas devem pesquisar e desenvolver práticas sustentáveis em seus espaços institucionais, onde deve prevalecer a eliminação de desperdícios e a redução do consumo de recursos naturais, implicando necessariamente em uma mudança de comportamentos (Tauchen & Brandli, 2006). Já para Alshuwaikhat e Abubakar (2018); Gazzoni, Scherer, Hahn, de Moura Carpes e dos Santos (2018), a instituição deve ser ambientalmente saudável, com possibilidade de economia de recursos financeiros por meio de racionalização no consumo de energia e conservação de recursos, redução de resíduos e com uma gestão ambiental eficiente; devendo promover a equidade e justiça social e exportar esses valores para a comunidade.

As Instituições Federais de Ensino, como os demais órgãos e entidades públicas que têm o desafio do gerenciamento dos diferentes tipos de resíduos gerados no desempenho de suas atividades, devem observar o estabelecido no Decreto nº 5.940/2006 e na Lei nº 12.305/2010 na incorporação de práticas sustentáveis no gerenciamento dos resíduos sólidos, entre os quais se encontram os recicláveis, (Marques, Vasconcelos, Guimarães, & Barbosa, 2017; Freitas, Kocourek, Oliveira, & Campos, 2020). Na implementação dessa modalidade de coleta seletiva, assim como nos demais sistemas de coleta seletiva, a sensibilização e a adesão dos responsáveis pela geração dos resíduos (professores, alunos, servidores técnicos-administrativos e

terceirizados) é um grande desafio e se constituem em fatores determinantes para sua consolidação. A participação social coloca-se como requisito fundamental para que a coleta seletiva atinja seus objetivos, uma vez que se a fonte geradora não realizar a correta separação e disposição dos resíduos recicláveis, todo o sistema estará comprometido (Beluque, Bonfante, Sudo, Prates, & Dal Bosco, 2015; Bringhenti, Bassani, Laignier, Braga, & Günther, 2019).

No segundo eixo referente a Gestão Adequada Dos Resíduos Gerados, a aderência das maioria dos institutos a A3P é alta, isso porque os institutos realizam a coleta seletiva, mas são poucos os campi que têm programas de 5R's, e também não realizam de forma completa a Coleta Seletiva Solidária, regulada pelo Decreto 5.940 de 2006, o qual instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (Brasil, 2006). Mesmo com o decreto, os institutos não têm um procedimento formal para realizar esse tipo de parceria com associação de catadores. Por não ter um procedimento formal, não é possível mensurar a eficiência e o alcance da coleta seletiva solidária nos institutos.

Já com relação à qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT), a maioria dos institutos federais da região sul apresentam uma adesão baixa à A3P. Mesmo aparecendo em todos os relatórios de gestão, as ações não atendem a todas as premissas da A3P, que contém pelo menos 19 variáveis para a plena qualidade de vida no trabalho. A questão da saúde física é a mais trabalhada pelas instituições, ficando de fora as questões referentes a orientação nutricional, problemas psicológicos e de vícios e questões de integração e preconceitos. Segundo Pinto, Pedroso e Pilatti (2014) e Klein, Pereira e Lemos (2018), o desgaste físico e psicológico, a baixa autoestima, a pressão por resultados e a insatisfação são aspectos que leva a uma perda de eficiência no serviço público.

A QVT é um campo muito abrangente. Segundo Klein et al. (2018), ela compreende as condições de vida no ambiente laboral e engloba aspectos de bem-estar, saúde, segurança física, mental, social e capacitação para realizar tarefas com precisão e bom uso da energia pessoal. No entanto, apesar da extensa discussão e do longo estudo da questão da QVT, não há entendimento comum dos fatores que influenciam a formação e o desenvolvimento da QVT. Além disso Liliy, Julia, Helan,



Oksana e Anastacia (2015) e Pinto (2014) descrevem que há uma falta de consciência da QVT na comunidade acadêmica, e argumentam que um equilíbrio de QVT deve ser mantido efetivamente para garantir o potencial de trabalho para todos os servidores e outros grupos. Para a efetividade da QVT é necessário que também os institutos tenham um programa formal, para serem constantemente avaliados visando corrigir erros e realizar melhorias contínuas, com uma programação e ações que atendam a todos os servidores (Klein et al., 2018).

Avançando para o quarto eixo da Sensibilização e Capacitação dos Servidores, ou seja, o gerenciamento de pessoas no sentido de envolvê-las na busca de meios para preservação do meio ambiente e de ações que promovam o desenvolvimento institucional de modo sustentável (Mandu, Albuquerque, Capano, & 2017), verificou-se que os institutos federais têm uma alta aderência à A3P. Isso ocorre devido a maioria dos campi terem órgãos de gestão ambiental, que tratam dessa sensibilização e capacitação dos servidores, atuando junto aos servidores, alunos e terceirizados. A alta aderência nesse eixo também influencia a alta aderência ao eixo 2 da Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, pois com a comunidade conscientizada e capacitada, o processo de destinação de resíduos se torna mais eficiente.

A aderência só não foi total porque mais uma vez não existe um programa integrado de sensibilização e capacitação ambiental nas instituições, sendo as ações tomadas pelos órgãos ambientais internos, de maneira independente. De acordo com Silva (2018), um programa de capacitação eficaz e eficiente, necessita do apoio de uma gestão sensível às verdadeiras necessidades setoriais, e o seu planejamento deve ser integrado, participativo, de modo dinâmico, por meio de mecanismos que permitam uma avaliação contínua e aberta a todos os interessados. Assim a sustentabilidade deve ser alcançada por todas as organizações e instituições, sejam elas sociais ou não. Nesse sentido, as instituições de ensino também possuem papel preponderante no processo de conscientização da sociedade e estímulo para que os demais agentes busquem o desenvolvimento sustentável. Para Tauchen e Brandli (2006), as instituições de ensino assumiram um papel de destaque em relação com a preocupação com o meio ambiente junto ao desenvolvimento dos alunos e na preparação no fornecimento de informações para melhoria do conhecimento. Para isso são necessários que as instituições incorporem em suas ações as práticas

sustentáveis para atingir a conscientização no seu ambiente interno, como servidores, alunos e terceirizados.

Essa conscientização da gestão em relação à questão ambiental influencia também nas ações do quinto eixo, na Aquisição de Bens. Apesar dos esforços dos institutos para realizarem licitações sustentáveis, sua aderência a esse eixo ainda é baixa. De acordo com os relatórios de gestão, existem quesitos ambientais em suas compras, mas não atendendo a todos os requisitos referentes as ações definidas pelo quinto eixo da A3P. Licitação sustentável é um processo no qual as organizações satisfazem as suas necessidades referentes a bens, serviços, obras e instalações, de uma forma econômica considerando a totalidade dos ciclos de vida no que diz respeito à geração de benefícios não apenas para a organização, mas também para a sociedade e para a economia, ao mesmo tempo em que minimiza os danos causados ao meio ambiente (Yaker & Enmanuel, 2014; Castro & Lobato, 2020).

A Administração Pública é uma grande consumidora de bens e serviços com o poder de compra por meio das licitações, e, portanto, deve ser exemplo das boas práticas nas atividades que lhes cabem, cumprindo sua responsabilidade imposta pelas políticas públicas (MMA, 2020). Para (Gallon, Trevisan, & Kneipp, 2019), a Administração Pública brasileira busca, através das licitações sustentáveis, introduzir aspectos ambientais, sociais e econômicos em suas ações rotineiras de compras e contratações, fomentando boas práticas de gestão e consumo.

Dentre os principais motivos da baixa aderência a este eixo, destaca-se a questão do preço. Segundo Castro e Lobato (2020),

Devido ao princípio constitucional da economicidade, as instituições federais buscam adquirir produtos e serviços com menor custo dentro da qualidade solicitada. É fato, que muitos produtos sustentáveis apresentam o custo um pouco mais elevado que os tradicionais, e dentre os motivos que levam a essa alta no preço, pode-se citar a inovação tecnológica que é utilizada na sua fabricação, e a demanda que ainda não atingiu patamares elevados, devido à baixa adesão a esse tipo de produto, O mercado de produtos e serviços sustentáveis é um mercado promissor, mas que ainda está restrito e longe de atingir um patamar elevado.

As licitações para contratação de serviços pelas instituições já estão mais adaptadas para as questões ambientais. Nesse eixo de Contratação de Serviços, os institutos apresentam uma alta aderência, pois as licitações seguem regras pelo Governo Federal, gerando uma padronização de editais por meio de cadernos de serviços terceirizados com a inclusão de critérios socioambientais e cadastro de materiais com a especificação de produtos com esses critérios. A inserção de critérios ecológicos não deve ser realizada a qualquer custo, sendo que compete à Administração Pública ponderar o custo-benefício do bem ou serviço a ser contratado, para então decidir qual é a melhor opção dentro de suas possibilidades financeiras (Gallon et al., 2019). Mesmo assim, segundo Martins (2014) e Souza e Sander (2019), existe uma certa dificuldade de se encontrar parceiros adequados no serviço público, sendo que isso decorre de a contratação ser realizada por licitação onde o critério de escolha da empresa contratada é o menor valor, sendo que isso pode se tornar uma desvantagem quando a empresa escolhida não tem competência para exercer as atividades que são exigidas e sustentabilidade financeira para honrar com suas obrigações.

Completando os eixos relacionados à contratação, verificou-se que no eixo Construções Sustentáveis, a aderência dos institutos federais à A3P é praticamente total. Isso ocorre devido a padronização de obras, pelo Governo Federal, por meio de cartilhas de Construções e Reformas Particulares Sustentáveis do Ministério do Meio Ambiente. Esse eixo trata como prioridade a contratação de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; além de exigir que o licitante seja certificado quanto a práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização (MMA, 2020). Nessa lógica, o manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas também apresenta algumas soluções práticas: a madeira deve ser certificada; o telhado não deve ser de amianto; as torneiras devem ter corte automático de vazão; a estrutura predial deve eleger o uso da luz natural.

Contribuindo com esse entendimento, Roaf, Fuentes e Thomas (2009) destacam que as opções para construir de forma sustentável são amplas e podem ser iniciadas com a utilização de uma quantidade inferior de energia elétrica e de outros recursos naturais, planejando-se desde o projeto de construção e a aquisição de

insumos economicamente viáveis, ecologicamente corretos e socialmente justos. Assim, passando pela pesquisa e pelo desenvolvimento de métodos e materiais de construção que emitam uma menor quantidade de CO<sub>2</sub> na atmosfera (maiores responsáveis pelo aquecimento global), até a minimização dos impactos ambientais por elas causados, através da redução dos desperdícios e da geração de resíduos; do reaproveitamento dos materiais descartados no meio ambiente, entre os quais plásticos, madeira, ferragem, resíduos de construção etc.; da redução dos gastos com o consumo de energia elétrica e água; da otimização da qualidade de vida dos moradores; de atitudes saudáveis que contribuam com a preservação da natureza.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo identificar a aderência dos Institutos Federais da Região Sul aos eixos da A3P, tendo como ferramenta a busca de dados secundários nos sítios desses institutos. Com os dados disponíveis foi possível identificar que sua aderência é alta aos eixos da A3P, mas existindo muito ainda a ser implantado e melhorado, mesmo entre campi do mesmo instituto não existe uma padronização de processos de gestão e controle ambiental.

Por meio dos relatórios de gestão e de outros documentos disponíveis no sítio dos Institutos Federais da Região Sul, foi possível identificar que eles possuem uma aderência alta aos eixos da A3P, apesar de não serem parceiros formais dessa Rede. Essa alta aderência ocorre devido à legislação ambiental para o serviço público que foi sendo aprimorada desde o início do século XXI, além da legislação. Segundo Tauchen e Brandli (2006), existem razões significativas para implantar ações ambientais nos IFECTs, pois essas podem ser comparadas a pequenos núcleos urbanos, já que o campus precisa de infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento e coleta de águas pluviais e vias de acesso. Além disso, envolvem diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades referentes à sua operação por meio de bares, restaurantes, alojamentos, centros de conveniência, entre outros. Como consequência de suas atividades e operações, há geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos, consumo de recursos naturais, ou seja, a visão industrial de *inputs* e *outputs*.

Para as instituições analisadas, a aderência aos eixos A3P envolve a capacitação de funcionários e público interno. Mesmo sem exigir investimentos econômicos significativos, isso acabou sendo um ponto fraco para a manutenção dos programas e projetos analisados. Resultados baseados na educação ambiental tendem a ser facilmente perdidos quando não reforçados continuamente, e pequenos investimentos não significam grandes perdas se os resultados forem interrompidos. Soma-se a esse elemento de fragilidade a percepção de que as práticas de sustentabilidade estão associadas à atividades de importância secundária na maioria das organizações analisadas. Programas e projetos de instalação de A3P poucas vezes se vinculam às atividades estratégicas da organização.

Os institutos com menor aderência aos eixos são os que não possuem o cuidado ambiental em sua missão/visão/valores e não têm nenhum tipo de parceria com a AP3, levando a conclusão que os gestores não possuem uma visão estratégica sobre o impacto da sustentabilidade em sua instituição. Isso, conforme analisado neste estudo, provoca uma formação incompleta dos discentes, pois não têm uma formação completa como cidadão, falta de bem-estar a seus servidores, e danos ao meio ambiente da região onde estão inseridos.

O desafio da A3P em se consolidar como parte do plano estratégico do órgão público está em relação ao *core business* da organização e a mais investimentos de longo prazo. Esses requisitos são necessários para que a A3P direcione as organizações para práticas proativas de responsabilidade ambiental e social, que vão além dos requisitos sociais e legais. Superados esses desafios, a A3P demonstrará seu potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável, o que pode estimular um compromisso real e duradouro da administração com sua responsabilidade socioambiental.

Como limitações do estudo, pode-se destacar a falta de padronização dos relatórios de gestão com relação à sustentabilidade e de outros documentos institucionais, prejudicando a análise das ações e a comparação com outros institutos. Essa falta de informações e de índices de sustentabilidade também foi detectada em outros estudos como Freitas et al. (2011) e Gazzoni et al. (2018).

## REFERÊNCIAS

- A3P (2022). *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Adesão à A3P*. <http://mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/como-aderir.pdf>
- Agenda2030 – ONU. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>
- Almeida, J. A., Brandão, S. V., & Pedrosa, F. J. A. (2017). A agenda ambiental na administração pública (A3P) versus políticas socioambientais no Brasil: caracterização e desafios. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 8(1), 236-254. <https://doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2017.001.0018>
- Alshuwaikhat, H. M., & Abubakar, I. (2018). An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. *Journal of cleaner production*, 16(16), 1777-1785. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2007.12.002>
- Araujo, C. L., Ludewigs, T., & Carmo, E. A. D. (2015). A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. *Desenvolvimento em Questão*, 32(13) 21-47. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.32.21-47>
- Barbieri, J. C., & Silva, D. D. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 51-82. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300004>
- Bianchi, M., Domingues Faé, M., Gelatti, R., & Leão da Rocha, J. M. (2013). A Responsabilidade Social como parte integrante da Cultura Organizacional em Empresas Socialmente Responsáveis. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 6(1). <http://dx.doi.org/10.19177/reen.v6e12013160-191>
- Barbosa, K. L. (2018). *Análise das ações socioambientais na UFES –Campus de Alegre, sob a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública*. Vitória, ES. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal da do Espírito Santo. Alegre, 154 f. <https://repositorio.ufes.br/handle/10/10638>
- Batista, A., de Moraes, I., Albuquerque, J., & Correia Neto, J. (2019). Gestão Ambiental nas Universidades Públicas Federais: A Apropriação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável a partir da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). *ID online. Revista de psicologia*, 13(44), 276-292. <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1615>
- Beluque, A., Bonfante, M. C., Sudo, C. H., Prates, K. V. M. C., & Dal Bosco, T. C. (2015). Percepções sobre a coleta seletiva solidária na UTFP-Câmpus Londrina. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 10(1), 146-163. <https://doi.org/10.34024/revbea.2015.v10.1924>

- BRASIL. (2006). Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006. *Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm)
- BRASIL. (2008). Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)
- Bringhentti, J. R., Bassani, P. D., Laignier, I. T. R., Braga, F. dos S., & Günther, W. M. R. (2019). Coleta seletiva em condomínios residenciais verticalizados em Vitória (ES) *Revista Brasileira De Gestão Urbana*, 11. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20170223>
- Castro, G. A. S., & Lobato, D. N. C. (2020). Licitações Sustentáveis: Um Estudo de Casos Múltiplos em Instituições Federais de Ensino Superior do Centro-Oeste Mineiro. *Latin American Journal of Business Management*, 11(2). <https://lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/616>
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV.
- Freitas, C. L., Borgert, A., & Pfitscher, E. D. (2011). Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. *Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Custos*. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/30051/7.7.pdf>
- Freitas, C. L., Espindola, E. E., Lunkes, R. J., & Pfitscher, E. D. (2019). Efetividade das declarações de missão institucional: Análise das declarações das instituições federais de ensino superior. *Revista GUAL*, 12(1) 97-117. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n1p97>
- Freitas, T. G. D., Kocourek, S., Oliveira, J. D. L., & Campos, A. O. D. (2020). Participação social na coleta seletiva solidária: estudo de caso de uma instituição federal de ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 7(16), 553-573. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n1p97>
- Gallon, I., Flores, G. M., Trevisan, M., & Kneipp, J. M. (2019). Análise dos critérios de sustentabilidade aplicados nas licitações de uma universidade pública federal. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8(2), 315-334. <https://doi.org/10.5585/geas.v8i2.1211>
- Gazzoni, F., Scherer, F. L., Hahn, I. S., de Moura Carpes, A., & dos Santos, M. B. (2018). O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. *Revista GUAL*, 11(1), 48-70. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p48>

- Gurski, B., Gonzaga, R., & Tendolini, P. (2012). Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. *Administração de Empresas em Revista*, 1(7), 65-79. <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466>
- Klein, L. L., Pereira, B. A., & Lemos, R. B. (2019). Qualidade de vida no trabalho: parâmetros e avaliação no serviço público. *RAM*, 20(3), 1-35. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190134>
- Kruger, S. D., Freitas, C. L., Pfitscher, E. D., & Petri, S. M. (2011). Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). *Revista Gestão Universitária na América Latina*, 4(3), 44-62. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2011v4n3p44>
- Jacomossi, R. R., & Demajorovic, J. (2017). Fatores determinantes da aprendizagem organizacional para a inovação ambiental: Um estudo multicaso. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(21), 685-709. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160281>
- Lanzarin, J., de Camargo, T. F., Mazzioni, S., & Zanin, A. (2018). Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. *Brazilian Journal of Development*, 4(3), 1020-1044. <https://doi.org/10.34117/bjdv4n3-166>
- Leal Filho, W., Manolas, E., & Pace, P. (2015). The future we want: Key issues on sustainable development in higher education after Rio and the UN decade of education for sustainable development. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 1(16), 112-129. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-03-2014-0036>
- Liliy, S., Julia, K., Elena, K., Oksana, Y., & Anastasia, F. (2015). The higher education impact on the quality of young people working life. *Procedia*, 191, 2412-2415. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.04.589>
- Lozano, R., Lukman, R., Lozano, F. J., Huisingh, D., & Lambrechts, W. (2013). Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. *Journal of Cleaner Production*, 48, 10-19. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.10.006>
- Luiz, L. C., Rau, K., de Freitas, C. L., & Pfitscher, E. D. (2013). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. *Administração pública e gestão social*, 5(2), 54-62. <https://doi.org/10.21118/apgs.v5i2.4423>
- Mandu, M. J. D. S., Albuquerque, J., Capano, M. M. C., & Batista, A. S. (2018). Aplicação de diretrizes da agenda ambiental na Administração Pública: estudo de caso na UFRPE. *Sustentabilidade e Responsabilidade Social em Foco*, 2, 6-18.: <https://www.poisson.com.br/livros/sustentabilidade/foco2/>
- Marques, E. A. F., Vasconcelos, M. C. R. L., Guimarães, E. H. R., & Barbosa, F. H. F. (2017). Gestão da coleta seletiva de resíduos sólidos no campus Pampulha da



UFMG: desafios e impactos sociais. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 6(3), 131-149. <https://doi.org/10.5585/geas.v6i3.821>

Martins, S. P. A (2014). *Terceirização e o Direito do Trabalho*. 13. Ed. São Paulo: Atlas

MMA – Ministério do Meio Ambiente (2017). *Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P*, Brasília: MMA. [https://sga.furg.br/images/Documentos para linkar/A3P universidades.pdf](https://sga.furg.br/images/Documentos%20para%20linkar/A3P%20universidades.pdf)

MMA – Ministério do Meio Ambiente. (2020). *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Construções sustentáveis*. <http://a3p.mma.gov.br/construcoes-sustentaveis>

Oliveira, J., Barbosa, K., Nunes, A., Correa, P., & Souza, A. (2020). Sustentabilidade Organizacional: Práticas Ecoeficientes na Universidade Federal do Espírito Santo. *Práticas em Gestão Pública Universitária*, 4(1), 3-26. <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/27334/19999>

Pinto, G. M. C., Pedroso, B., & Pilatti, L. A. (2014). Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho de servidores públicos do setor administrativo de uma instituição de ensino superior do Paraná. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*. 6(3), 174-183. <https://doi.org/10.3895/S2175-08582014000300003>

PNP – Plataforma Nilo Peçanha (2020) *Estatísticas Oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC*. Recuperado de: [https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/edicoes-1/copy3\\_of\\_ano-2018](https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/edicoes-1/copy3_of_ano-2018)

Prado, F. E. D., da Silva, S. S., & Maselli, P. F. T. (2019). Gestão ambiental e sua estrutura administrativa na universidade federal de lavras. *Organizações e Sustentabilidade*, 7(1), 87-101. <http://dx.doi.org/10.5433/2318-223.2019v7n1p87>

Richardson, R. J. (2017) *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Ribeiro, P. E. C. D., Puente-Palacios, K. E., & Ferreira, T. V. A. (2015). Responsabilidade socioambiental nas organizações: uma medida de práticas organizacionais e endosso dos trabalhadores. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(1), 36-50. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v9i1.947>

Roaf, S.; Fuentes, M.; Thomas, S. (2009). *Ecohouse: A casa ambientalmente sustentável*. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman.

Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Silva, G. S. D. (2018). Programa de capacitação de servidores e sustentabilidade: uma análise na UFTO. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 5(11), 859-870. <https://doi.org/10.21438/rbgas.051105>

- Sornberger, N. A., Amaral, A. Q., Carniatto, I., Tobaldini, B. G., & do Nascimento, É. V. J. (2014). A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas. *REMEA*, 301-317. <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.4452>
- Souto-Maior, C. D., & Bocasanta, S. L. (2019). Consumo Sustentável: Ações para redução do consumo de papel em um banco regional de Santa Catarina. *Revista Metropolitana de Governança Corporativa*, 4(1), 37-49. <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/1825>
- Souza, R., & Sander, A. (2019). TERCEIRIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO: vantagens e desvantagens da contratação de serviços terceirizados, em uma empresa pública, nas funções administrativas, na percepção de seus gestores. *Revista Metodista de Administração do Sul*, 4(5), 441-489. <https://doi.org/10.15602/2525-9040/remas.v4n5p441-489>
- Tauchen, J., & Brandli, L. L. (2006). A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, 13(3), 503-515. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300012>
- Vallaes, F. (2017). Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. *COLÓQUIO*, 14(2), 159-173. <https://doi.org/10.26767/coloquio.v14i2.723>
- Veiga, J. E. (2005). *Do global ao local*. Campinas: Armazém do Ipê.
- Viegas, S. F. S. S., Cabral, E. R., Gomes, S. C., & Carvalho, A. C. (2015). Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: Estudo da Adesão e Ação em uma Universidade Pública. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 2(4), 7-28. <http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v4n2p7-28>
- Wals, A. E., & Jickling, B. (2002). "Sustainability" in higher education: From doublethink and newspeak to critical thinking and meaningful learning. *International Journal of Sustainability in Higher Education*. 3(3), 221-232. <https://doi.org/10.1108/14676370210434688>
- Yaker, F., Baceti, C. M., & Enmanuel, C. A. (2014). *O trabalho do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente na promoção das compras públicas sustentáveis*. In: Villac, T.; Bliacheris, M. W. e Souza, L. C. (coord). *Panorama de Licitações Sustentáveis: Direito e Gestão Pública*. Belo Horizonte: Ed. Fórum.
- Zeitoune, B., Trigo, J. A., Trigo, A. G. M., & Maruyama, U. G. R. (2019). Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 13(1), 150-168. <https://doi.org/10.12712/rpca.v13i1.28165>

Data de submissão:30/11/2022

Data de aceite: 09/12/ 2022

265